



RESENHA – REVIEW – RESEÑA

PARA ALÉM DA ARTE DE INVENTAR O PASSADO

BEYOND THE ART OF INVENTING THE PAST

MÁS ALLÁ DEL ARTE DE INVENTAR EL PASADO

Por: **Joachin Melo Azevedo S. Neto**

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: joaquimmelo@msn.com

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: SP: EDUSC, 2007. 254 p.

A obra *História: a arte de inventar o passado*, de Durval Muniz de Albuquerque Jr, está dividida em três partes: na primeira, o autor busca discutir as relações entre História e Literatura a partir da perspectiva do pós-estruturalismo; na segunda, temos uma série de ensaios sobre os impactos do pensamento do filósofo francês Michel Foucault na historiografia brasileira e, por último, encontramos alguns ensaios que, de forma geral, conectam-se com as propostas gerais do livro por abordarem as relações entre história e memória.

Em meio à seara de ensaios teóricos de Durval Muniz, discutirei aqueles que considero mais significativos para a compreensão do seu pensamento e posicionamento no campo da historiografia. Deixo claro, de antemão, que o diálogo que realizarei com a escrita de Durval Muniz não será do tipo passivo. Mais importante do que sintetizar as idéias deste autor, é problematizá-las de acordo com sua pertinência e escolhas políticas que realiza para fazer suas incursões no campo da Teoria da História.



Obra licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-Uso Não-Comercial-Não a obras derivadas 3.0 Unported](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/).

Em *A hora da estrela: História e Literatura, uma questão de gênero?*, Durval Muniz parte da literatura de Clarice Lispector para refletir sobre as tensões que envolvem os acalorados e apaixonados debates atuais em torno da relação entre criação ficcional e operação historiográfica. Para Albuquerque Jr, os historiadores possuem uma série de medos e recalques que os impedem de admitir a existência de uma dimensão literária, em seu ofício, que se manifesta, principalmente, na forma do estilo que rege o enredo construído pelo historiador quando este escreve sobre seu objeto. Diante desta constatação, o autor provoca: “por que os historiadores temem tanto a literatura?”. Nesse caso, se essa pergunta fosse levada ao pé da letra e alguém ou uma instituição realizasse uma pesquisa quantitativa, veríamos que, atualmente, o grande número de monografias, dissertações e teses defendidas nos cursos de História, no país, que se valem da literatura como fonte retiraria a pertinência desta pergunta retórica e sinuosa.

Segundo Durval Muniz, seria preciso abolir por completo as fronteiras entre História e Literatura. Dentro deste prisma, a literatura, tal qual a História, seria uma forma também de conhecimento e de leitura do mundo humano. Porém, é necessário, aqui, insistir em uma assertiva que talvez possa parecer óbvia: embora História e Literatura sejam formas de compreensão e de conhecimento do mundo e das experiências humanas no tempo, são formas distintas de conhecimento. Essa proposta, embora possa parecer sofisticada intelectualmente, possui uma série de fragilidades políticas e morais. Por exemplo, embasados neste tipo de possibilidade, recentemente, uma corrente historiográfica, dita revisionista, propõe que os campos de extermínios nazistas jamais existiram e que não passam de uma criação discursiva judaica para legitimar o Estado israelense e a opressão que os judeus exercem contra os palestinos.

Apartar e diferenciar História e Literatura não é transformar o saber historiográfico no gênero masculino, preso à realidade que construiu e nela acomodado e a Literatura no gênero feminino, ou seja: sensível e subjetiva em relação a compreensão e percepção das diferenças e da realidade. É preciso deslocar a atenção, dada em demasia por Durval Muniz, ao produto final tecido pelo historiador, que seria a inserção de suas conclusões e problematizações em uma trama discursiva para as tensões existentes entre o produto retórico final construído pelo historiador – em forma

de texto – e a elaboração de pesquisas quantitativas, filológicas, arquivísticas e documentais. É elementar que o historiador necessita de habilidades narrativas que podem ser tomadas de empréstimo dos literatos, porém, embora possa ser encarada como um texto, a obra historiográfica não se destina a ser apenas mais um texto.

No segundo capítulo, que dá o título à obra, Durval Muniz elabora uma série de reflexões para legitimar a noção de uma condição pós-moderna tanto enquanto contexto histórico como a nossa episteme historiográfica. Essa episteme historiográfica pós-moderna seria marcada pelo ceticismo diante da possibilidade de conhecer o passado, tal como aconteceu, e pela adoção de uma postura irônica e relativista diante dos conceitos de verdade e de razão. O autor elenca como marcos principais marcos contextuais desta pós-modernidade a invenção do chip, as explosões de bombas atômicas sofridas pelo Japão e os movimentos sociais pela liberalização dos costumes que eclodiram na década de 60 do século XX.

Neste sentido, encontro uma contradição aguda nos argumentos de Durval Muniz: ao longo do texto, o autor que fala na morte das metanarrativas, ou seja, na morte dos discursos que atribuíam um sentido ao curso da história ocidental, principalmente embasados na ideia de progresso, elabora uma série de metanarrativas para legitimar a noção de pós-modernidade. É preciso parar de pensar no passado como um estágio temporal fechado e contingente que legitima o presente e também é necessário que deixemos nossas experiências contemporâneas em aberto e mais indeterminadas. Levando em conta estes postulados, fica implícito que Durval Muniz, na mais pura tradição moderna, busca legitimar politicamente o lugar teórico-metodológico que escolheu para falar detratando várias outras possibilidades de se fazer/construir a História. Dito de outro modo, o que quero enfatizar é que existem muitas outras correntes do pensamento historiográfico, como a História Social, que não compactuam com o ceticismo – dito pós-moderno – e, nem por isso, devem ser encaradas como ultrapassadas.

No ensaio *No castelo da História só há processos e metamorfoses, sem veredictos finais*, Durval Muniz usa os escritos de Franz Kafka para pensar o labor historiográfico. Aqui, a relação entre história e literatura é abordada de forma muito rica, sem o alto teor militante em torno da legitimação do pós-estruturalismo que transparece

nos ensaios anteriores. A questão é: como o escritor Kafka, que representou em sua literatura situações aparentemente absurdas, perturbadoras e esquizofrênicas, pode ajudar os historiadores em seu *métier*? Kafka tematizou também o que havia de mais trivial no dia-a-dia cinza de funcionários públicos e das famílias burguesas, no contexto do pré-II Guerra. Em sua escrita, para narrar eventos que causavam uma quebra brusca, uma descontinuidade, nesses cenários marcados pelo individualismo e pela indiferença exacerbada, construiu personagens envoltos em tramas de interesses e situações desesperadoras.

Sem nenhuma razão aparente, Gregor Samsa acorda, em seu quarto, transformado em um inseto gigante e passa a ser tratado com desprezo e nojo pelos entes familiares que antes sustentava financeiramente. Embora possua um aspecto monstruoso, Gregor Samsa tem plena consciência do que se passa ao seu redor e sofre, de forma bastante humana, com o tratamento que lhe é impingido pela sua família. Joseph K., personagem central do livro *O processo*, tem sua vida comum, de funcionário público, abalada por uma série de eventos ligados ao andamento de um processo jurídico, que o acusa de um crime que ele nem chega a saber qual é, e que culmina no decreto de sua sentença de morte executada por policiais. Já o presidiário que está sob a tutela do Estado terá de suportar, como sentença, a dor de várias agulhas perfurando suas costas e talhando em sua carne os signos lingüísticos que correspondem à gravidade do crime que cometeu.

Realizando um diálogo entre Kafka e Foucault, Durval Muniz discorre sobre como essa escrita, aparentemente voltada para o absurdo e para o horror, está inserida no contexto de uma sociedade pré-fascista. Uma sociedade marcada pela ânsia dominante de disciplinarizar mentes e corpos e em descartar, como resíduo social, por meio dos aparatos institucionais, familiares, jurídicos e estatais, aqueles que são classificados e nomeados como desviantes e anormais. Usar Kafka como fonte de inspiração para realizar um estudo historiográfico é atentar para as singularidades desses indivíduos silenciados e discriminados pelos valores dominantes. É também produzir uma escrita que conduza o leitor a refletir sobre os absurdos que são cometidos por uma ordem que polícia os comportamentos das pessoas através de uma trama de micro-poderes. Acima de tudo, se valer da literatura de Kafka para pensar e

escrever a História é prezar pela construção de uma historiografia não fascista, ou seja, por uma historiografia que não reforce os preconceitos e os discursos dominantes.

No tocante às contribuições do filósofo francês Michel Foucault e suas incursões no campo da historiografia, Durval Muniz levanta algumas polêmicas que visam atingir os historiadores sociais ou aqueles que usam a micro-história italiana, sobretudo a praticada por Carlo Ginzburg, como lugar institucional e teórico-metodológico para fazer/pensar a História. Este posicionamento está explicitado no ensaio *Menocchio e Riviére: criminosos da palavra, poetas do silêncio*. Durval Muniz propõe realizar um diálogo entre as obras *O queijo e os vermes* – de Ginzburg – e *Eu, Pierre Riviére, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* – de Foucault. A questão é que o autor, literalmente, toma as dores da crítica feita por Ginzburg à obra de Foucault e resolve advogar o estudo do filósofo francês e detrair, por completo, o livro *O queijo e os vermes*.

Na introdução de *O queijo e os vermes*, Ginzburg acusa Foucault, em *Pierre Riviére*, de cair em um irracionalismo estético ao se abster de qualquer posicionamento diante dos discursos de Riviére sobre o crime que cometeu, bem como dos discursos psiquiátricos – que constroem um Riviére louco – e do discurso jurídico – que constroem a imagem de um Riviére homicida e cruel. Durval Muniz entra no debate alegando que a intenção de Foucault era de compreender Riviére em suas singularidades e não aprisioná-lo, mais uma vez, nos discursos racionalistas que silenciaram a sua voz como acusa Ginzburg de ter feito com Menocchio. Realmente, as propostas e intenções metodológicas de Ginzburg e Foucault são diferentes. O historiador italiano procura, através do método de redução de escala, mostrar como Menocchio construiu uma cosmovisão peculiar a partir da invenção da Imprensa, dos desfechos da Reforma Protestante e do saber ligado a cultura popular. Neste caso, entendo que a singularidade de Menocchio não foi anulada pelo discurso racional, mas, apenas, contextualizada.

Durval Muniz tenta desqualificar por completo o estudo de Ginzburg taxando-o de racionalista e, através de um jogo de espelhos tendencioso, transforma em virtude a crítica de Ginzburg feita à obra de Foucault. É como se a obra *Pierre Riviére*, de Foucault, fosse mais autêntica e válida do que a de Ginzburg. Para um jovem

historiador, ainda em processo de acúmulo de bagagem teórica, uma leitura desatenta para as implicações políticas do ensaio de Durval Muniz pode influenciá-lo, de forma negativa, a não reconhecer os méritos de uma das pesquisas de micro-história mais significativas da historiografia contemporânea. Eis a grande fragilidade deste ensaio de Durval Muniz: ao almejar realizar um diálogo entre Menocchio e Riviére, porém defendendo passionalmente a obra de Foucault, acaba transformando o que era para ser uma conversa em um diálogo de surdos e mudos, no qual ninguém acaba se compreendendo.

No ensaio *Os maus costumes de Foucault*, o diálogo passional realizado com o pensamento do filósofo francês por Durval Muniz fica mais evidenciado. A digressão biográfica feita por Durval Muniz enfatiza tanto o filósofo preocupado em compreender os dispositivos discursivos que domam mentes e corpos a uma lógica tecnocrática e disciplinadora de acordo com os valores da sociedade burguesa, bem como enfatiza o Foucault freqüentador de bares e ambientes obscuros nos quais os homossexuais franceses de sociabilizavam. Para Durval Muniz, não apenas a escrita de Foucault pode auxiliar os historiadores a lançarem novas problemáticas sobre seus objetos de estudo, mas a própria trajetória do pensador também pode ser compreendida como uma forma de resistência.

A questão é que Foucault, como tantos outros intelectuais da sua geração, estiveram atentos para debates em torno dos conceitos e das práticas de tolerância, do respeito às diferenças e à diversidade dos comportamentos humanos. No ensaio *Por uma leitura safada de Thompson*, as maiores lições deixadas por seu mestre parecem não ser levadas tão a sério por Durval Muniz. A ideia de respeito à diversidade do pensamento e à pluralidade das concepções que regem as possibilidades de se refletir sobre a condição humana são deixadas de lado quando este se propõe a realizar uma leitura dessacralizadora da obra do historiador social E. P. Thompson. Para Durval Muniz, é impossível fazer uma história “vista de baixo”, porque o historiador faz suas escolhas e recortes temáticos a partir de um lugar social, político e institucional que não está livre da influência das tramas de poderes que este pretende desvelar. Apesar da pertinência dessas reflexões, a obra *História: a arte de inventar o passado* se torna contraditória porque, ao mesmo tempo em que o autor incentiva os leitores a realizarem

leituras dessacralizadoras, de historiadores como Ginzburg e Thompson, os textos sacralizam, demasiadamente, o pensamento de Foucault.

Esta postura pode ser percebida, na sua forma mais visceral, quando Durval Muniz alega que Foucault é da “genealogia dos craques”, daqueles que, mesmo para o que não gostam da sua atuação, só resta sentar e aplaudir. O olhar crítico de Durval Muniz é bastante tendencioso, pois, se realmente, fossemos desmerecer as obras de Ginzburg e Thompson porque são, na visão do autor, reprodutoras de um racionalismo ultrapassado, o estudo de Foucault intitulado *História da loucura* também deveria ser criticado porque o filósofo reproduziu, no próprio título da obra, o conceito de loucura construído pela psiquiatria moderna, racionalista e freudiana que o mesmo tanto contesta ao longo da sua pesquisa.

Embora Durval Muniz seja um importante interlocutor, na historiografia brasileira, do pensamento de Foucault, Deleuze e Guattari, as implicações políticas da sua obra devem ser ressaltadas. Trabalhando com autores que apelaram para a construção de uma história “não fascista”, em muitos trechos do livro pode-se perceber que prevalece uma certa intolerância, por parte do autor, em relação às correntes historiográficas que estão na contramão do pós-estruturalismo.

Resenha:

Recebido em: 20/08/2010

Aceito em: 07/11/2010